



AMIGA, CHEGOU?

CUIDADO E SEGURANÇA DE MULHERES
EM PROTESTOS NA AMÉRICA LATINA

ARTIGO 19



AMIGA, CHEGOU?

CUIDADO E SEGURANÇA DE MULHERES
EM PROTESTOS NA AMÉRICA LATINA

ARTIGO 19

#LIVREPARAPROTESTAR



FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO

Associação ARTIGO 19 Brasil e América do Sul

COORDENAÇÃO

Denise Dora

SUPERVISÃO

Manoel Alves

TEXTO

Rosana Pinheiro Machado*

REVISÃO

Laura Varella, Luana Nascimento de Almeida,
Manoel Alves, Raísa Cetra e Taynara Lira

DESIGN E ILUSTRAÇÕES

Amanda Daphne / @Daphne_ilustra

LICENÇA:



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Machado, Rosana Pinheiro
Amiga, chegou? : cuidado e segurança de mulheres
em protestos na América Latina / texto Rosana
Pinheiro Machado ; [organização Artigo 19]. --
1. ed. -- São Paulo : Artigo 19, 2021.

Bibliografia
ISBN 978-65-89389-02-6

1. Democracia 2. Direito de reunião - América
Latina 3. Feminismo 4. Manifestações públicas -
Brasil - História 5. Mulheres - Protestos - Leis e
legislação 6. Reuniões - Manifestações (Direito)
I. Artigo 19. II. Título.

21-60315

CDD-303.4981

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres em protestos : Movimentos sociais :
América Latina : História 303.4981
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

*Antropóloga, professora de Desenvolvimento Internacional da University of Bath (Reino Unido) e autora do livro *Amanhã vai ser maior: O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*.



A CAMPANHA **#LIVREPARAPROTESTAR**

A campanha #LivreParaProtestar vem debater a importância do direito de protesto e alertar sobre os limites à liberdade de manifestação que vem avançando, na sua relação com a liberdade de expressão, a democracia e a conquista ou a defesa de direitos. É uma iniciativa da Associação ARTIGO 19 Brasil e América do Sul em aliança com diversas organizações envolvidas com o tema que se uniram para provocar discussões e reflexões sobre o direito de protestar em segurança no Brasil.

PROTESTOS **FEMINISTAS**

No âmbito da campanha sobre o direito de protesto, decidiu-se realizar o presente estudo com o intuito de que fossem criados subsídios analíticos para sensibilização sobre a importância de pensar mecanismos de proteção para as mulheres que são diretamente prejudicadas pela repressão estatal e por violências praticadas pelas comunidades nas quais vivem.

A presente pesquisa foi organizada, portanto, com o objetivo de analisar o contexto de avanço autoritário restritivo ao direito de protesto, buscar compreender os desafios e as novas formas de organização das lutas feministas e lançar luz às manifestações públicas e aos protestos protagonizados por mulheres.





ÍNDICE

INTRODUÇÃO	07
NOTA METODOLÓGICA	09
LENÇOS BRANCOS E VERDES: CONTEXTUALIZANDO AS GERAÇÕES DE MULHERES NAS RUAS	11
ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO	17
“EU NÃO ANDO SÓ”	20
A ida	
Durante	
A dispersão	
A violência policial	
O CONTINUUM DA DISPERSÃO	28
Perseguição familiar e comunitária	
Perseguição virtual	
Vigilância online e offline	
APOIO NO CAMPO PROGRESSISTA	33
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	41



INTRODUÇÃO

“Aprendemos a nos mobilizar sem depender dos homens. Para organizar nossas colunas, para nos organizar na rua e para cuidar de nós mesmas. Começar a entender o que é autocuidado. Que não tínhamos que depender dos homens ou da polícia. Que pudéssemos cuidar umas das outras e criar estratégias”

Sofía, ativista argentina

“Amiga, chegou?” é uma pergunta comum entre mulheres após a dispersão de uma manifestação. O questionamento é uma tática feminista de cuidado e afeto, mas também revela uma dúvida perturbadora: a incerteza se, de fato, a parceira chegou em casa. As mulheres sabem que a possibilidade de não chegar é real.

Fruto de uma pesquisa qualitativa que entrevistou argentinas, brasileiras e chilenas, este artigo analisa o tema do cuidado e da segurança de mulheres em protestos na América Latina. O trabalho tem dois objetivos principais: (1) identificar os principais desafios, riscos e vulnerabilidades que diferentes tipos de mulheres possuem em contextos de protestos e (2) apontar as estratégias de cuidado que as ativistas têm desenvolvido para mitigar tais desafios.

Os corpos femininos se deparam com riscos que os corpos masculinos não encontram. Johansson-Nogués (2013), ao discutir a insegurança de mulheres nos atos da Primavera Árabe, comenta que as manifestantes sofriam uma dupla violência: a brutalidade da repressão, vivida por todos, e os ataques à honra e à integridade corporal. Além disso, em contextos de lutas, insurgências e conflito, o imaginário que prevalece em muitos lugares é ainda o que exalta traços da masculinidade hegemônica: as imagens radicalizadas do “supermacho viril” (Johansson-Nogués, 2013).

Rompendo com esse modelo, ativistas latino-americanas preferem usar o termo “cuidado” à “segurança”. Cuidado “designa um tipo de

atividade que inclui tudo o que fazemos para manter, preservar e reparar nosso mundo de maneira que possamos viver nele o melhor possível. Esse mundo compreende nossos corpos, o que cada um de nós é como pessoa, nosso meio ambiente, tudo aquilo que buscamos tecer juntos em uma rede densa e complexa cujo propósito é manter a vida” (Tronto, 2009, p. 143). Ativistas entendem que a linguagem feminista precisa prevalecer à da militarização e, assim, também reconhecem que, por meio do cuidado, tecem uma rede de proteção entre mulheres.

Este artigo parte de três argumentos básicos sobre cuidado em contextos de protestos protagonizados por mulheres. Em primeiro lugar, não é possível separar o risco dos protestos da violência estrutural a que as mulheres estão sujeitas vivendo em sociedades patriarcais marcadas por altos índices de feminicídio. O protesto, portanto, é uma esfera que não inventa um perigo novo, mas exacerba e potencializa a violência patriarcal e estatal. Por isso, como estudos da área de segurança e gênero já identificaram (ver, por exemplo, Alison, 2004), o perigo não é sempre proveniente de um inimigo distante e estereotipado, encarnado na figura do supermacho que invade uma manifestação, mas também vem dos pares de militância e da própria família.

Em segundo lugar, é preciso falar de mulheres no plural. A ideia da representação de uma “mulher” no singular é fruto de uma universalização hegemônica colonial. Existem mulheres com diferentes corpos, necessidades, vulnerabilidades e marcadores da diferença. Corpos negros, trans, com deficiência, indígenas; corpos localizados em grandes cidades ou pequenos vilarejos; corpos jovens e velhos: cada um deles coloca diferentes riscos e demanda diferentes estratégias.

Finalmente, o tema do cuidado em protesto precisa ser analisado de forma holista, como chamou a atenção Auyero (2003) em importante livro sobre biografias de mulheres argentinas em protestos: a proteção e a experiência de protestos são forjadas antes e depois das ruas, pois há uma continuidade entre as histórias de vida (com específicos papéis cotidianos) e experiências em episódios contenciosos. O protesto em si pode ser o momento considerado menos perigoso para muitas mulheres, justamente porque nas ruas elas não marcham só. As mani-

festações fazem parte de um *continuum* entre a rua, a casa, o bairro, a escola, envolvendo a organização da ida, a ocupação, a dispersão e os desdobramentos nas redes sociais.



NOTA METODOLÓGICA

Esta pesquisa foi conduzida em três etapas no período de 20 de Agosto de 2020 a 20 de Janeiro de 2021. Na primeira etapa, foi realizado um workshop de seis horas com especialistas que propuseram um debate em profundidade a fim de identificar os principais desafios enfrentados por mulheres em protestos. Participaram do workshop intelectuais e ativistas do Brasil, da Argentina e do Chile.

Os principais pontos levantados na discussão do workshop foram a base do roteiro de entrevista. Também foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases do Scopus, do Google Scholar e da biblioteca da Universidade de Bath (Reino Unido), focando nas palavras-chave “mulheres” e/ou “segurança” e/ou “protestos/manifestações”. A pesquisa encontrou poucas ocorrências sobre o tema, o que evidencia a lacuna na literatura acadêmica e a importância desse estudo preliminar para lançar novas questões ao campo.

Na terceira etapa, foram realizadas entrevistas com manifestantes com roteiro semiestruturado de dez questões. O critério de recrutamento se valeu das técnicas “bola de neve” e “intencional”. Num primeiro momento, as próprias participantes do workshop indicaram participantes para a entrevista. Posteriormente, foi feito um anúncio nas redes sociais para recrutar voluntárias. Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas via WhatsApp ou ZOOM com duas participantes do

Chile, duas da Argentina e duas do Brasil. O critério de seleção das entrevistas em cada país tentou incorporar vozes especializadas em organização de protestos e segurança de mulheres (três entrevistadas), mas também manifestantes mais “em geral” (três entrevistadas). Essa diferenciação permitiu coletar impressões e perspectivas diferentes, tanto de pessoas ativamente envolvidas no tema da segurança quanto de pessoas que nunca se dedicaram a refletir sobre o tema, mas que tinham experiências pessoais ou familiares atravessadas por essa questão. As entrevistadas foram:

- Amanda, 24 anos, militante autonomista, São Paulo, Brasil
- Marcela, 40 anos, professora universitária de Fortaleza, mas residente de Santa Maria, Brasil
- Sofia, 38 anos, coordenadora da comissão de segurança dos protestos da campanha pelo direito ao aborto em Buenos Aires, Argentina
- Florencia, 41 anos, jornalista argentina que seguidamente frequenta manifestações, mas não se considera uma ativista
- María, 43 anos, advogada feminista em Santiago, Chile
- Ana, 40 anos, ativista do movimento de ciclistas em Santiago, Chile

De forma menos estruturada e aprofundada, também foram consultadas outras duas mulheres pontualmente, como Helena Vieira, 28 anos, intelectual e transativista brasileira. Por fim, as entrevistadas compartilharam matérias jornalísticas sobre riscos, episódios de violência e medidas de proteção em protestos.



LENÇOS BRANCOS E VERDES: CONTEXUALIZANDO AS GERAÇÕES DE MULHERES NAS RUAS

Da resistência microscópica às grandes manifestações, passando pela organização sindical e partidária, as mulheres sempre protestaram contra as estruturas de dominação e violência sexista. Todavia, os anos 2010 são marcados por novas ondas de protestos. De um lado, eclodem manifestações e ocupações anticapitalistas e antiautoritárias, da Primavera Árabe ao *Occupy Wall Street* e a Junho de 2013¹. De outro lado, é possível observar que houve, quase ao mesmo tempo, um boom das lutas feministas e/ou protagonizadas por mulheres nas mais variadas partes do globo (Pinheiro-Machado, 2019).

Na América Latina, em particular, a explosão de movimentos feministas é um fenômeno de massas à parte. Coletivos e organizações feministas se multiplicam em escolas, comunidades e locais de trabalho em um movimento transversal. Escolas têm sido ocupadas por jovens na Argentina, no Brasil e no Chile. Milhões de mulheres têm ido às ruas em atos feministas e/ou de mulheres, formando o que na Argentina se chama de maré: “a micropolítica que está começando a achar seu caminho na macropolítica” (Palmeiro, 2018).

1 As “Jornadas de Junho de 2013”, ou simplesmente “Junho de 2013”, foram uma sequência de protestos que ocorreram no Brasil todo, pedindo por mais bens públicos, como a redução da tarifa de ônibus, em Porto Alegre e São Paulo, e contra a corrupção.

Reconhecer que existe uma nova geração de mulheres que vão às ruas e protestam não significa, de forma alguma, ignorar a experiência profundamente transgeracional das manifestações de mulheres. Todas as entrevistadas enfatizaram que mulheres sempre se manifestaram com força na América Latina e que há, portanto, uma tradição sólida que produz experiência de rua. No Brasil, a transgeracionalidade aparece com bastante força nas falas de mulheres negras, em que a importância “das mais velhas” é um princípio organizador das lutas, das manifestações e do cuidado. Sobre a Argentina, Sofia² comenta: “temos uma longa história do movimento feminista. Há mais de 30 anos, realizamos nossos encontros nacionais de mulheres. Isso faz com que as novas gerações de meninas comecem a reconhecer seus direitos”.

Na Argentina, mulheres da faixa de 40 anos se veem numa geração intermediária entre as Mães e Avós da Praça de Maio e as “*pibas*” – expressão que designa as ativistas jovens do país. Florencia comparou a experiência de sua filha adolescente hoje na rua como uma mistura de explosão, protesto e celebração, lembrando que sua geração de 40 anos se criou junto às Mães e Avós da Praça de Maio. Sofia, quando reflete sobre seu papel na coordenação do cuidado nas manifestações, comenta que, aos 38 anos de idade, ela é “uma geração intermediária porque tem as históricas, as mais velhas, depois as mais novas na casa dos 20 que, claramente, não são as que se organizam, mas têm uma presença muito forte na rua”.

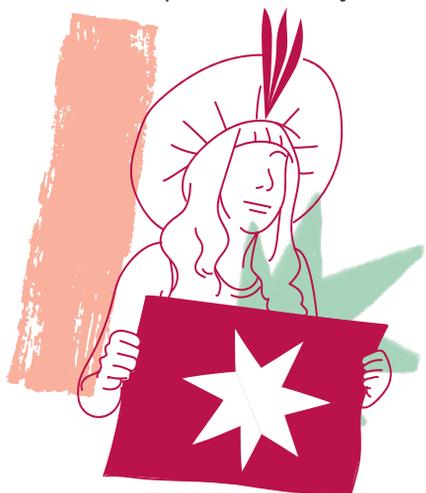
Ana observa dois momentos do boom do feminismo jovem chileno. O marco foi 2011 com as mobilizações estudantis, das quais, inclusive, surgiram duas deputadas, que são a Camila Vallejo e a Karol Cariola, do Partido Comunista. Sua percepção como ativista arrisca a dizer que houve um crescimento considerável nos últimos cinco anos, que resultou na impressionante quantidade de mulheres jovens, e mesmo menores de idade, que foram para as ruas no 8M chileno de 2019, possivelmente proporcionando o surgimento de mais uma onda de feministas.

Na Argentina, dois momentos foram muito importantes para fortalecer a maré verde e trazer novos atores para as ruas. O primeiro foi

2 Todos os nomes das entrevistadas foram trocados por nomes fictícios para proteger o anonimato.

com os protestos Ni Una Menos contra o feminicídio nos anos de 2015 e 2016. O segundo momento é a votação do aborto de 2018. Nesses protestos, novas gerações de mulheres jovens – as *pibas* – começaram a surgir, fazendo vigília e ocupando escolas durante a votação, sendo grandes protagonistas da maré verde (Palmeiro, 2018). No Brasil, é possível dizer que as ocupações secundaristas de 2016, em aproximadamente 1.200 escolas no país todo, se constituíram em um marco de uma nova geração de meninas ativistas que protagonizam protestos pela vida das mulheres e contra o autoritarismo em todas as suas formas, fixando o slogan “lute como uma garota”, que veio para marcar uma nova geração (ver Alegria, 2018; Campos, 2016).

María e Sofia acreditam que, nos três países, a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos é um marco simbólico importante no entendimento do boom das novas gerações, que agora se sentem livres para falar e se expressar sobre esse e outros temas, mesmo diante da violenta reação de movimentos religiosos, conservadores e de extrema-direita. No Brasil, o florescer da primavera feminista nas ruas e nas redes esteve diretamente vinculado ao PL5069 que previa retroceder o acesso ao aborto legal no país em 2015. Na Argentina, a maré verde de 2018 pelo #AbortoYá levou milhões de jovens às ruas, fazendo vigílias, resultando na árdua conquista da aprovação da lei em janeiro de 2020. Para além das ruas, a luta das jovens pelo aborto na Argentina também se entrelaça com muitas ocupações escolares, que pedem por educação sexual, mas também por maiores orçamento e infraestrutura das instituições.



María, ao se referir ao caso chileno, mas não apenas, acredita que há uma nova direção de mulheres cuja luta está muito mais ancorada na memória das lutas territoriais, coletivas, conectando o feminismo antirracista, antiprisional e socioambiental numa espécie de feminismos dos povos, territorial e comunitário. Essas mulheres reivindicam demandas históricas por meio da ocupação do espaço público:

das praças das áreas urbanas ou do campo, na área rural. Há uma reapropriação do corpo e do espaço público como lócus de protesto.

No que se refere ao corpo, chama atenção o caráter performativo das novas gerações. As ocupações secundaristas brasileiras em 2016 foram massivamente protagonizadas por mulheres que se valiam de seus corpos e de materiais da escola para realizar performances que iam de jogral até ocupações das ruas com mesas e cadeiras escolares. María ressalta que essas formas de manifestação não são necessariamente novas, mas ganharam novos contornos nos últimos anos. Entre a performance, a revolta e o cuidado, a visibilidade da performance *Um estuprador no seu caminho (Un violador en tu camiño)*, de 2019, fez com que mulheres pudessem “situar e universalizar uma dor, uma violência estrutural contra a mulher, nas dissidências e nas meninas que, nesse sentido, todos partilhamos mas que cada uma, poderíamos dizer, lembra e atualiza em relação às suas condições materiais históricas, por assim dizer, territoriais”. A performance *Um estuprador no seu caminho* foi adaptada em diversas partes do mundo.

O reconhecimento de que existe uma nova geração de mulheres muito jovens que protagonizam protestos nos remete ao tema central deste artigo – a segurança. Que experiência de rua essas meninas possuem? Como estão se preparando para lidar com a violência a que estão sujeitas ao exporem seus corpos nas ruas? A resposta para essa questão é complexa e passa pela transgeracionalidade. Palmeiro (2018) lembra da imagem que circulou amplamente nas redes sociais com as Mães da Praça de Maio com seu tradicional lenço branco e as *pibas* com seu lenço verde³. Sofia diz que “todas nós estamos adquirindo isso na prática. Em nosso país, as meninas mais novas que ocupam a escola pelos seus direitos se organizam entre si e aprendem estratégias de autocuidado”. Ana concorda que as ocupações chilenas são um momento em que elas conquistam experiência. O cuidado, portanto, não depende da idade, mas sim do encontro de corpos em aliança coletiva.

A questão intergeracional é fundamental. Há um reconhecimento unânime entre as entrevistadas acerca da importância da criação e da

3 Os lenços brancos simbolizam as fraldas dos filhos perdidos durante a ditadura.

transmissão de táticas de cuidado entre diferentes gerações. No plano individual, Florencia reflete sobre seu aprendizado com as Mães da Praça de Maio e o quanto procura ensinar coisas simples para sua filha adolescente, como não sair de casa, por exemplo, sem estar com a bateria do celular carregada. Ativistas negras no Brasil costumam marcar a importância das mulheres mais velhas no ensinamento de medidas de proteção nas ruas e nos protestos, como a importância de andar em grupo e jamais sair de casa sem carteira de identidade, partindo do princípio que as mulheres negras nunca estão seguras em espaços públicos, como ressaltou Amanda, e isso é transmitido de geração para geração em uma cadeia de cuidado matriarcal.

Além do ensinamento de cima para baixo, há também o caminho inverso. A ousadia das *pibas*, na ocupação das escolas durante a votação do aborto na Argentina em 2018, educou também seus professores e a sociedade argentina como um todo (Palmeiro, 2018). Marcela refletia sobre sua mãe, que, aos 65 anos, passou a frequentar manifestações de rua em Fortaleza (Brasil). Ao mesmo tempo em que a mãe ensina a filha que “mulheres não andam sós”, ela aprende com a filha feminista como se vestir para a manifestação, como, por exemplo, calçar sapatos confortáveis, vestir roupas leves e usar poucos acessórios. Marcela também reflete sobre as mães e avós de suas alunas da cidade de Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul (Brasil), que, junto com suas netas e filhas, pela primeira vez, foram às ruas durante os protestos do #Elenão, que se colocavam contra o autoritarismo de Jair Bolsonaro. As mais velhas aprenderam com as jovens que deveriam tomar cuidado com as agressões dos bolsonaristas da região.

No aspecto geracional, o contexto brasileiro apresenta uma particularidade: há uma ruptura explosiva de mulheres não ativistas e até não-feministas que foram para as ruas nos últimos anos. É evidente que há uma tradição de lutas de mulheres camponesas, negras e indígenas há muitos anos – A Marcha das Mulheres Negras⁴, A Marcha das Mulheres Indígenas⁵ e a Marcha das Margaridas⁶ são exemplos

4 A Marcha das Mulheres Negras começou em 2015 contra o racismo, a violência e pelo bem-viver.

5 A Marcha das Mulheres Indígenas começou em 2018.

6 A Marcha das Margaridas é uma manifestação de trabalhadoras rurais que acontece no dia 12 de agosto, anualmente, desde 2000.



paradigmáticos dessas lutas –, mas depois da primavera feminista e das ocupações secundaristas, o #EleNão, que foi a maior manifestação de mulheres da história do Brasil, levou milhões de mulheres para as ruas pela primeira vez. Como dito anteriormente, não raramente avós, mães e netas marcharam juntas, em um processo de politização que se faz nas ruas. Evidentemente, esse tipo de fenômeno recoloca a questão da segurança nas ruas, uma vez que são mulheres que, diferentemente das organizadas ou das experientes irmãs chilenas e argentinas, possuem pouca ou nenhuma experiência em protesto. Marcela acredita que muitas dessas mulheres, que nunca haviam sequer falado de política antes do #EleNão, foram para as ruas sem refletir sobre medidas de autocuidado. A experiência dessas mulheres na rua é um dos fatores decisivos no avanço ou não de seus processos de politização.



ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

O planejamento da segurança dos protestos de mulheres requer ampla organização prévia. O sucesso dos casos argentino e chileno reside na transversalidade do feminismo, que consegue promover diálogo na pluralidade das ruas, entre mulheres autônomas e organizadas em sindicatos e partidos.

Sofía faz parte das pessoas que procuram organizar a rua na Argentina. Ela atua na comissão de autocuidado na organização da campanha nacional pelo direito ao aborto, junto às marchas e vigílias, com experiência em organização de eventos de massa, como os que ocorrem em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e em 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Para ela, a transversalidade das organizações feministas é uma característica fundamental para organizar as ruas:

“Nós, na Argentina, temos muitas organizações feministas de partidos políticos, sindicatos. E o que o feminismo e o movimento de mulheres têm é que conseguem ser completamente transversais, e todas as correntes políticas, sindicatos, diferentes coletivos sentem-se parte deste movimento e o constroem dia a dia. E



isso é perceptível na rua porque todos trabalhamos juntos para poder estar na rua”.

Todos os anos – com exceção desse último por causa da pandemia – as mulheres se encontram em uma cidade diferente, em uma outra província do país, para debater, se conhecer e gerar estratégias coletivas. Todas aprendem muito no Encontro Nacional de Mulheres, em que organizam as comissões de autocuidado, o que inclui definir critérios, estudar mapas das cidades e agendar reuniões com autoridades locais, com o Ministério da Segurança e com a polícia para garantir o direito a protestar e mitigar a repressão. Elas pedem à polícia para que não se aproximem das manifestações, mantenham distância e que jamais tenham homens armados. Essas demandas, muitas vezes, têm sido atendidas – ainda que já tenham existido episódios de repressão.

Na organização das ruas, as primeiras contribuições vêm das militantes com mais experiência e prática em partidos e organizações. Todavia, Sofia também ressalta que levou tempo para compreender que algumas estratégias realizadas por partidos, sindicatos e outras organizações políticas não são tão fáceis de se adaptar a uma manifestação feminista. Portanto, elas tiveram que reinventar muitas coisas, como a criação de gestoras e lideranças de autocuidado, que consigam gerar confiança e falar de forma transversal para a pluralidade dos movimentos.

A transversalidade permite a logística acertada das vigílias na rua, a qual é fundamentada no princípio que mulheres cuidam umas das outras. Por exemplo, para as últimas vigílias de 48 horas pelo direito ao aborto, a comissão organizou o protesto por quarteirão, por meio de um diagrama de ruas. Isso foi coordenado com núcleos de organizações que se distribuíram em determinadas ruas e, nesses espaços, se organizavam entre si para poder realizar o cuidado. Era preciso avisar se houve roubo, problema com o tráfego, alguma situação com a polícia ou algum tipo de agressão. A transversalidade deste trabalho faz com que pessoas que pensam diferente consigam se aproximar e confiar umas nas outras.



A comissão de cuidado das marchas pelo direito ao aborto tem uma preocupação especial com mulheres com deficiência para que elas possam ser incluídas de diferentes formas nos atos pequenos e grandes. Eventos de mobilização, como debates e festivais, contam com tradução de sinais, assim como os materiais que circulam na internet. Há também produção de materiais em braille e preparação dos espaços de debates para receber cadeirantes. Nas grandes manifestações, as mulheres com deficiência ficam em um cercado de autocuidado para que tenham tranquilidade para marchar. Além disso, a própria campanha da legalização do aborto levou em consideração as demandas particulares dessas ativistas.

No Chile, as entrevistas também ressaltaram que os grupos de apoio e cuidado são fundamentais. Há também o desenvolvimento de porta-vozes que atendem operacionalmente as lideranças de sindicatos e organizações da luta socioambiental, da saúde e da habitação. María conta que as mulheres têm o costume de se comunicar e andar entre pares, e marcam pontos de encontro ao longo das marchas. As comissões fazem rastreamento, por meio de uma lista com todos os telefones, endereços das colegas que vão participar da manifestação, com uma verificação prévia, durante e após os protestos, para checar como estão as companheiras. Quando uma manifestante é detida, há uma equipe de advogadas dentro da coordenadoria feminista do 8 de março, por exemplo, que começa a tomar providências.

Ana, que atua num coletivo específico de ciclistas, também relata as muitas reuniões prévias para organizar e comunicar às mulheres que não andem sozinhas, que usem roupas e sapatos confortáveis, que prendam o cabelo e que não usem brincos. Essas também são as recomendações práticas que Amanda diz existir nos coletivos de São Paulo em que atua. Essas medidas são feitas antecipando uma abordagem policial violenta, por exemplo, que demanda conforto se houver a necessidade de fuga. Elas também alertam que é preciso levar produtos para amenizar o impacto de gás lacrimogêneo. María analisa que, atualmente, é cada vez mais importante fornecer todos os insumos necessários para ir protestar: máscara, líquidos, óculos à prova de balas e capacete. Junto a isso, é preciso pensar na saúde. Recomenda-se que, além das roupas

leves, se apliquem certos cremes e líquidos no rosto e nos olhos para diminuir a coceira em caso de gás lacrimogêneo.



As entrevistadas relataram diversas estratégias de cuidado, que vão desde a coordenação territorial de vigília até a promoção de assessoria jurídica. Mas nada se compara à potência do cuidado entre as próprias mulheres: “eu não ando só”, como bem diz o cântico feminista das ruas brasileiras. Antes, durante e depois dos protestos: as mulheres estão sempre juntas e cuidam umas das outras.

Marcela conta que sua mãe, que é novata em manifestações em Fortaleza, nunca tinha pensado sobre os riscos de se manifestar, mas que naturalmente tratou de não ir sozinha ao ato do #EleNão: “não apenas nas manifestações, as mulheres andam juntas em diversos lugares públicos, vão ao banheiro de baladas juntas, chegam em festas juntas”. Para a professora, elas fazem isso por vergonha e medo de estarem sozinhas e, também, pela própria vontade de estarem agregadas em um coletivo de mulheres.

Na visão de Ana, parte da organização das comissões do cuidado é reforçar a importância de (a) estarem sempre juntas do início ao fim e (b) jamais perderem o contato com as companheiras: informando sempre onde se está, aonde vai, com quem está ao longo de todo o caminho que abrange a ida à manifestação e a volta para a casa. Sofia entende que os principais perigos surgem quando as mulheres não estão todas juntas. A violência política é gerada quando elas estão sós. O lenço verde, por exemplo, é um conector simbólico de diferentes mulheres, que faz com que elas se reconheçam nas ruas e não se sintam sós. Se

algo acontece a uma mulher com lenço, é possível saber onde procurar ajuda. No entanto, o lado negativo do adereço é tornar essas mulheres visíveis aos olhos dos fundamentalistas e ultradireitistas, que as atacam desacompanhadas.

Em Santa Maria, Marcela, que trabalha no acolhimento de estudantes, nota que o “andar em grupo e formar um bloco” tornou-se uma prática muito forte entre estudantes negras, especialmente após as ocupações da Universidade Federal de Santa Maria em 2017, que despertam a ira de homens que, anonimamente, deixam mensagens ameaçadoras com a suástica nazista pelos corredores. Na cidade, andar em bloco foi se tornando uma prática estratégica crescente, que se repetiu em diversas manifestações, como o #EleNão. Andar em grupo significa buscar reconhecimento, mas também proteção e cuidado: faz com que estudantes negras estejam entre pessoas que se compreendem mutuamente.

A IDA

O percurso da ida às manifestações foi um tema que apareceu pouco nas entrevistas. A exceção foi a entrevista com Marcela. Não chegar sozinha às manifestações é algo que parece ser crucial tanto no seu círculo familiar como no grupo de acolhimento de suas alunas. As jovens se organizam ao longo de dias para que todo mundo consiga uma carona ou dividir um táxi. A professora avalia que isso ocorre pelo costume de andarem juntas e pelo medo de chegarem sozinhas nos atos. A preparação se torna um ritual em que as meninas se encontram num local de concentração, começam a ocupar as ruas e se transformam: se pintam, se vestem e confeccionam cartazes ao longo de horas.

Essas estudantes universitárias, provenientes da área rural do Rio Grande do Sul, começaram a ir às ruas depois da primavera feminista, em 2015, e mais fortemente depois do #EleNão. Interessante observar que essas jovens, mesmo sem nunca terem sofrido algum tipo de violência policial ou qualquer episódio de violência em manifestação, percebem

as ruas como um lugar hostil, que exige redes de proteção. Para elas, a necessidade de agregação maior durante a ida é uma forma de romper com o medo – e até com a vergonha de estar sozinha – a um universo que, aos poucos, deixa de ser novo. Chegar sozinha numa manifestação, e lá ir encontrando seus pares, como é comum entre homens, é impensável para muitas dessas jovens.

DURANTE

Afala das entrevistadas sobre as manifestações revela que os atos são momentos ambíguos, marcados pela possibilidade concreta de ataques de fascistas e repressão policial, mas também pelo ápice de segurança e conforto de se estar protegida por uma multidão de mulheres.

Nos três países, certamente, as marchas pró-aborto são as que impõem o maior número de ameaças e colocam o risco mais concreto de violência física contra mulheres por parte de grupos fundamentalistas religiosos, patriotas ou outros extremistas da direita fascista. Um dos casos mais extremos dessa violência ocorreu no Chile, em 2018, quando três mulheres foram esfaqueadas por agressores encapuzados. Noutro episódio, María narra que, recentemente, um grupo de evangélicos do sexo masculino, em particular, atiraram uma Bíblia em chamas contra uma mulher feminista, que ficou com queimaduras no corpo.

Amanda comenta que homens se sentem autorizados a bater nas mulheres que estão dentro da manifestação, principalmente nos atos feministas e pró-aborto. Ela já presenciou um homem tentando atropelar meninas que se manifestavam. Em um ato, ela própria foi agredida e chamada de “vagabunda” por homens que tentaram tomar sua faixa. Vale ressaltar que esse fato (de homens que tentam tomar as faixas à força) foi recorrente nas entrevistas.

Amanda entende que parte de seu aprendizado como ativista foi marcado pela reflexão constante do quanto ela deveria expor ou esconder seu corpo e seu rosto. Hoje, a autonomista não usa mais máscara



para esconder sua identidade, pois considera que, no caso dela em especial, isso poderia prejudicá-la, já que ela foi se tornando uma figura pública e conhecida nas manifestações. Ela comenta que, durante a Marcha das Vadias, ela mostrava o corpo. Sentir-se confortável com isso foi importante na sua formação feminista e em seu entendimento de liberdade sexual. Estar com os seios expostos faz parte de um aprendizado do corpo feminino. A reação dessa liberdade, contudo, pode vir não apenas dos conservadores, mas também do próprio campo aliado: seja de pessoas que moralizam a exposição do corpo, seja de homens que o objetificam. O corpo que protesta, acolhe e que transforma o espaço público numa arena de lutas é também o corpo que sofre agressão.

María chama atenção para o fato de que o estereótipo do consumo do corpo feminino e a violência sexista também acompanham companheiros de manifestações, que objetificam as mulheres, chamam-nas de “gostasas”, além de numerosos relatos de homens que tentam tocá-las. Esse tema se torna fundamental no debate da segurança das mulheres no sentido de evitar cair numa imagem estereotipada em que o perigo vem sempre de um campo inimigo fascista. Nesse caso, vale citar que as ocupações secundaristas brasileiras, que foram protagonizadas por mulheres, trouxeram à tona relatos de estudantes que se sentiram silenciadas, intimidadas e até agredidas por companheiros de ocupação (ver, por exemplo, Barbosa, 2018).

Por outro lado, é paradigmático o fato que, apesar de relatos extremos, como abuso e até esfaqueamento, quando as entrevistadas são provocadas a falar sobre segurança, o momento do protesto em si apareceu muito pouco. O encontro de mulheres nas ruas é descrito como um lugar de afeto, cuidado e proteção. É onde as mulheres vivem o ápice performativo da expressão de seu feminismo. É o momento em que relatam se sentirem “felizes”, “acolhidas”, “livres”, “completas” e “potentes”. No coletivo de mulheres, as manifestantes se agregam e rompem com os valores neoliberais individualistas e competitivos que, em uma estrutura patriarcal, procuram esvaziar e minguar o poder que emana do coletivo de mulheres.



A DISPERSÃO



"Quando saímos das manifestações, tentamos sair juntas. Ou em grupos. E avisar sempre quando chegarmos em nossas casas. Tornou-se uma prática comum entre nós, quando saímos para algum lugar, e não ficávamos calmas até que todas chegássemos em casa para que avisássemos: 'Cheguei, amiga! Eu cheguei!'"

Sofía, Argentina

A saída das manifestações até a chegada em um lugar seguro é o momento mais crítico e perigoso das marchas, segundo as entrevistadas. Não é à toa que o título deste artigo evoca a pergunta: "Amiga, chegou?". Todas as entrevistadas se referiram ao fato de que a preocupação se a companheira chegou "sã e salva" em sua casa é uma constante. Para Ana, nunca se para de perguntar: "Onde você está? Por onde você vai? A que horas você chega?".

Marcela lembra de um episódio em que, após participar de uma manifestação, teve que dar uma palestra em uma livraria de um shopping center de classe média de Santa Maria. No momento em que ela saiu da manifestação, um grupo de alunas fez questão de acompanhá-la, pois sua entrada no shopping com "roupas de manifestação" causava apreensão. Entrava-se num território que, se não inimigo, era, pelo menos, hostil à sua luta.

O momento da dispersão se torna muito perigoso para as mulheres por muitas razões. Por um lado, a repressão imediata da polícia. Por outro, é o momento em que estão vestidas de camisetas com slogans e pintadas de batom com símbolos feministas e palavras de ordem. É quando a identidade política é marcada no espaço público. Para uma mulher, isso é arriscado em sociedades marcadas pela desigualdade e pela exclusão, nas quais a livre expressão política ainda não é garantida. Além disso, a dispersão, em geral, ocorre à noite, quando muitas mulheres se sentem mais inseguras e as ruas estão mais vazias. Uma

mulher que mostra sua identidade política feminista raramente vai se sentir segura a entrar num ônibus sozinha. Olhares e “agressões” verbais são uma constante.

Amanda comenta que a dispersão de um ato para uma mulher significa ter permanente cuidado para não cair em uma rua escura, porque isso pode resultar em violência policial ou agressão de qualquer cidadão. Por isso, o momento da dispersão é sempre feito em duplas e seu trajeto é monitorado por companheiras. Isso pode ser feito por GPS ou pela pura intuição de amigas que não ficam tranquilas até receberem notícias da chegada segura em casa. Na Argentina, a comissão de cuidado tem tentado cada vez mais reforçar o aviso de que não se pode deixar os atos sozinhas. Além disso, é preciso que esse percurso seja todo realizado mantendo a comunicação. Por isso, ter a bateria carregada do celular é algo tão básico e vital. Esse monitoramento pode se dar pela companhia física – como no caso das alunas de Marcela – ou até por rastreamento. No Chile, grupos feministas chegam a fazer acompanhamento virtual pelo celular, recomendando que as ativistas habilitem o GPS para verificar se sua rota está sendo adequada ao chegar em sua casa ou em outro espaço.

A VIOLÊNCIA POLICIAL

Os três países possuem uma história recente de ditadura militar, cuja herança persiste na prática policial. A instituição, cuja suposta missão contemporânea – dentro do estado democrático de direito – é proteger cidadãos, é a que mais viola ativistas. Alguns dos relatos mais fortes da violência durante a dispersão vêm do Chile e do Brasil. O caso argentino, por outro lado, é um pouco diferente. Ainda que episódios de repressão tenham ocorrido em encontros e manifestações em 2017 e 2018, a situação tem sido menos dramática nos últimos anos graças à intensa negociação prévia da organização com o ministério da segurança e com a polícia. Para Sofía, essas medidas têm sido eficazes para deixar a polícia distante dos protestos de mulheres.

No Chile, a repressão policial se vale recorrentemente de canhões de água, gás lacrimogêneo e balas de borracha. Estas últimas, em particular, já causaram vítimas de traumas oculares⁷ entre mulheres que participavam de manifestações. María e Ana também chamam a atenção para o abuso sexual da polícia para com as manifestantes. Tudo isso ganhou mais visibilidade desde 2011, com a explosão das lutas estudantis e feministas no país. María, em particular, testemunha muitas prisões realizadas pela polícia chilena, que são seguidas de agressão sexual, verbal e corporal. São ditos insultos como “puta”, “prostituta” ou qualquer linguagem sexista e agressiva. Mas há também práticas corporais violentas e intimidantes, como abuso por meio do toque nas partes genitais e nos seios das manifestantes, e até estupro. Ela continua:

“Infelizmente, gostaria que não tivéssemos que ter essas medidas, mas a realidade é que a polícia do Chile mantém a herança da ditadura, e é uma polícia extremamente abusiva, repressora e violenta, que praticamente parece estar se vingando das pessoas que estão na rua”.

As chilenas denunciam os abusos ao Instituto Nacional de Direitos Humanos, mas também recorrem cada vez mais à ABOFEM (Associação de Advogadas Feministas). As ativistas no país não acreditam na proteção policial e aprenderam na prática que denúncias de abuso não dão resultados, e a única solução para lidar com esse problema seria uma reforma completa da polícia.

No Brasil, Amanda conta que várias companheiras já foram asediadas durante as revistas e lamenta que as mulheres não tenham nenhuma garantia que a revista será feita por uma mulher. Mesmo quando isso ocorre, as próprias policiais mulheres também são violentas com esses corpos femininos – que indica que uma possível reforma da polícia ou a garantia de mulheres nas revistas não é suficiente para afastar violências contra corpos femininos e negros. Amanda relata que o momento da dispersão das manifestações é aterrorizante para mulheres negras, que estão sujeitas a desde violência sexual por aliados ou

7 No Brasil, por exemplo, a ativista Deborah Fabri perdeu a visão de um olho em função da agressão policial em um ato “Fora Temer” em 2016.

opponentes até repressão violenta da polícia. Sua vida, como periférica e ativista, é marcada por diversos traumas de abordagem policial agressiva e violenta. Em janeiro de 2020, durante a repressão de um ato contra o aumento da tarifa em São Paulo, a ativista estampou a capa do maior jornal do Brasil, Folha de São Paulo, com uma imagem brutal de um policial que a arrastava e a puxava pelos cabelos, enquanto dizia que ela iria apanhar. Abaixo, segue um trecho longo da reflexão de Amanda:

“Eu acho que, primeiro, eu aprendi que, em uma manifestação, existem diferentes corpos e o tratamento também será diferente para cada corpo. Você, mulher negra, sentirá outras vulnerabilidades, porque o Estado, representado na figura do policial, se sentirá autorizado para matar esses corpos. E precisamos falar dessa autorização: Por quê? Quantas mulheres brancas já foram arrastadas pelos cabelos por policiais em manifestações? Eu percebi na minha última violência policial que sofri. Foi sobre uma coisa que eu já tinha notado antes, que era o quanto a existência do meu cabelo irritava os policiais, porque eu estava dentro de uma manifestação, gritando palavras de ordem e existindo naquele lugar. E o quanto esse ódio se manifesta pela existência do meu cabelo black power rosa em uma sociedade que odeia cabelos crespos”.

Noutra ocasião em que ela foi detida após uma manifestação secundarista, uma policial ficava torturando-a psicologicamente e dizendo que ia raspar suas axilas: “o que isso tem a ver com a minha prisão?” – ela se questiona e conclui que a prisão é apenas um ponto de um processo de ódio às mulheres feministas, especialmente às negras, e o quanto o Estado, encarnado na figura do policial, se sente autorizado a violar esse corpo.



O CONTINUUM DA DISPERSÃO

PERSEGUIÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Os relatos das entrevistadas deixaram nítido que precisamos *pensar a dispersão como um continuum* que começa no momento em que células de mulheres se desprendem do corpo das multidões (distanciando-se do acolhimento da agregação), mas não termina com a chegada em casa. A repressão aos corpos que protestam não se encerra da porta para dentro. Na verdade, não é raro que esse seja apenas o início de um processo de intimidação e perseguição que se dá na própria casa, na vizinhança, nas universidades e nas redes sociais. Por isso, quando falamos de segurança das mulheres que protestam, é preciso pensar para além dos atos de *ir, atravessar e voltar* de uma marcha, mas também refletir sobre todas as consequências – e punições sociais – que essa mulher poderá sofrer por exercer o seu direito à manifestação. Esse processo de retaliação, que muitas vezes corrói a subjetividade, o empoderamento e a autoestima proporcionada pelo coletivo de mulheres, ocorre simultaneamente online e offline.

O fato de jovens universitárias brasileiras aderirem às manifestações feministas pode ser um complicador nas relações familiares. Isso é particularmente verdade entre meninas que saíram de municípios muito pequenos para estudar em cidades maiores, como é o caso de muitas estudantes de Santa Maria. Seus familiares, pequenos produtores rurais, são frequentemente conservadores, religiosos e apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. Para as famílias, ingressar na universidade é uma espécie de passaporte que, uma vez cruzado o portão do campus, transforma as jovens em “lésbicas e comunistas”.

Essas jovens começaram a participar de manifestações – relata Marcela – durante a Marcha das Vadias. Uma delas foi intimada na comunidade de origem para que ela explicasse o que significava a palavra “vadia”. O nome da manifestação foi o gatilho para o rompimento de

relações familiares. A consequência mais drástica dessa ruptura familiar é a possibilidade de esses pais agredirem suas filhas, verbalmente ou fisicamente, para uma “correção”. Isso fez com que as estudantes passassem a não postar mais fotos com poucas roupas em protestos nas redes sociais. Elas passam a usar perfis alternativos com pseudônimos que a família e a comunidade de origem não conseguem encontrar. O pai de uma estudante ficou furioso ao saber que a filha ia a protestos, e ela contou com a mãe, que, apesar de também indignada, protegeu a filha da fúria masculina. Marcela também conta que muitas mães se tornam aliadas das filhas, escondendo dos pais que elas vão às manifestações.

A consequência desse conflito é um processo traumático que corrói o entusiasmo das estudantes, que param de visitar a comunidade de origem por medo. Elas também passam a autocensurar tudo o que postam em seus perfis abertos de redes sociais. A ferida aberta dos laços destruídos é compensada pelas novas redes de apoio que se formam entre mulheres. Mas isso nem sempre é visto como ideal, pois a segurança das manifestantes fica dependendo de outras jovens, e elas se sentem vulneráveis pelo fato de que, se acontecer qualquer coisa com elas, os pais não podem saber. Elas também temem que, no caso de um incidente, suas famílias fiquem sabendo que elas agem escondidas. Essas estudantes fazem parte de uma nova geração de meninas que está acessando as universidades, experimentando novas realidades e tentando transformar as estruturas de opressão por meio do engajamento em marchas. Para a vida pessoal, essa transformação de visão de mundo tem um custo familiar bastante alto e traumático.

O tema da agressão familiar e comunitária apareceu também nas entrevistas sobre o Chile e a Argentina. Sofía comenta que parentes e vizinhos agridem ativistas. Uma mulher teve que denunciar um vizinho na polícia, pois ele a ameaçou em público durante as compras do supermercado. As ativistas argentinas são particularmente visadas e sujeitas à violência política nas ruas, pois usam o lenço verde que as identificam como feministas. Em 2018, em particular, foram relatados casos em que estudantes sofreram sanções e perseguições em diversas escolas por exibirem o lenço verde.⁸

8 Ver: <https://www.cels.org.ar/web/2018/07/usar-el-panuelo-verde-es-libertad-de-expression>.





PERSEGUIÇÃO VIRTUAL

Pode-se dizer que, atualmente, as ameaças nas redes sociais deixam evidente a natureza multifacetada da onda autoritária contemporânea, pois ela se manifesta pelo Estado (polícia e exército), grupos extremistas organizados e milícias virtuais. O mundo das ameaças e dos ataques virtuais é amplo e abarca desde o *bullying* até a ameaça de morte. A internet, assim como as ruas, é um lugar hostil para mulheres, e especialmente para as mulheres negras. Um estudo de 2018⁹ apontou que 81% das mulheres negras entre 20 e 35 anos são vítimas de discurso discriminatório e de ódio nas redes sociais.

Em 2018, durante as eleições presidenciais no Brasil, comunidades do Facebook de apoio a Jair Bolsonaro reagiram fortemente ao #EleNão. Nas postagens de um grupo de eleitores, fotos de manifestantes foram publicadas. Na maioria das vezes, eram corpos de mulheres negras, gordas e com seios de fora. Havia também fotos de mulheres que pareciam estar alcoolizadas ou sob efeito de drogas. Nas postagens, começava um *bullying* virtual por meio de uma competição de comentários depreciativos, como “essa baranga não merece ser estuprada”, além de uma constante obsessão com os pelos da vagina e da axila das feministas. “Aberração”, “suja”, “monstra” e “bosta” são alguns dos adjetivos que marcavam o *bullying* dos comentários (ver Pinheiro-Machado, 2019).

Amanda acredita que muitas militantes precisam de treinamento de privacidade e proteção na internet, mas isso não se aplicaria a ativistas experientes. Ela ganhou proeminência no Twitter e acredita que, nesse caso, sua visibilidade ajuda na sua segurança e no acesso a redes de proteção legal. Ana, ativista reconhecida no Chile, também comenta que sua visibilidade é um fator que lhe dá proteção. Logo, é possível perceber que a escolha entre o anonimato nas redes sociais e a visibilidade depende de estratégias individuais, e que devem ser avaliadas

9 Ver: <https://negre.com.br/mulheres-negras-sao-as-que-mais-sofrem-ataques-virtuais-diz-estudo>.

caso a caso. Ao mesmo tempo que elas entendem que a visibilidade lhes ajuda individualmente, elas reconhecem que a organização de grandes marchas não pode ser feita em rede.

Na visão de Amanda, a organização de coletivos negros pelas cotas universitárias, por exemplo, pode ocorrer em grupos de redes sociais. Mas não é mais possível imaginar um mundo em que se fala de organização de grandes atos em grupos online, por exemplo. A organização do #EleNão foi feita via Facebook. Ao mesmo tempo em que isso trouxe grande visibilidade à marcha, atraiu a violência bolsonarista e uma das organizadoras teve o celular hackeado. Além disso, as administradoras do grupo tiveram seus perfis invadidos e seus dados pessoais foram expostos, além de receberem ameaças¹⁰.

A questão da violência a que ativistas estão sujeitas nas redes é multifacetada. O acesso a recursos de segurança e privacidade nas redes sociais pode reduzir a possibilidade de invasões e hackeamento de contas, mas não elimina o risco de uma mulher ser atacada, ameaçada e sofrer *bullying*. Maria reconhece que a violência virtual está escalando no Chile desde 2018.

Isso aparece de forma mais crua por parte dos setores antidi-
reitos, que são muito violentos e enviaram vídeos de espancamentos e estupro a mulheres ativistas, que passam a bloquear contatos e comentários agressivos, mas isso é ainda um aprendizado. Ela pensa que uma ação de proteção nas redes sociais precisa ser internacionalizada e que ativistas precisam compartilhar manuais e aprendizados para circular entre as redes transnacionais de autocuidado. Ela conclui: “se temos autocuidado nas ruas, precisamos começar a construir nosso autocuidado nas redes também. Estamos aprendendo...”

Refletindo sobre todos esses níveis de vigilância e controle, Amanda lamenta que “segurança”, para alguém como ela, só existiria se ela nunca mais saísse de casa ou acessasse a internet. Em qualquer outra hipótese, seu corpo e sua honra estão automaticamente expostos às

10 Ver: <https://www.cartacapital.com.br/politica/201cgrupo-contra-bolsonaro-incomoda-por-causa-de-seu-potencial201d-diz-rosana-pinheiro-machado>.

violações. Para a sua realidade, Amanda acredita que a estratégia mais eficiente é fornecer acesso à assessoria jurídica para as militantes que sofrem ataques virtuais. Processar os agressores e cobrar indenização – acredita a ativista – pode ser uma forma eficiente de combate às agressões que hoje se espalham à solta no meio virtual. Além disso, transfere o dinheiro do agressor para a militância.



VIGILÂNCIA ONLINE E OFFLINE

Além da intimidação comunitária e da perseguição nas redes sociais, quando se discute segurança das mulheres, é preciso discutir *vigilância de Estado* via tais redes, câmeras ou infiltração presencial, bem como *vigilância interpessoal*, que é mais pulverizada e pode vir de qualquer lado. Muitas ativistas chilenas trabalham no anonimato porque, durante a explosão de protestos feministas, funcionários municipais e/ou policiais (carabineiros) se infiltraram nas redes sociais justamente para identificar quem estava convocando as marchas. No Brasil, o caso do capitão do exército Willian Pina Botelho (conhecido como “Balta”), infiltrado nas redes sociais da organização de protestos em 2016, coloca ainda mais uma camada de complexidade à exposição de internet, que é a espionagem que busca vigiar ativistas. Não se sabe, no Brasil, o quão esporádica ou capilarizada é esse tipo de estratégia militar. Apesar desses dois casos citados por Ana e Amanda respectivamente, todas as entrevistadas falaram que o tema da infiltração não é muito discutido.

Circulam rumores de que há estudantes militares infiltrados em universidades. Santa Maria é o segundo maior polo militar do Brasil. É uma cidade concomitantemente universitária e militar. Nas organizações de protestos das quais Marcela participou, no entanto, nunca houve a discussão acerca da possibilidade de infiltração e espionagem do exército no ativismo local. Ela, porém, fala da vigilância nas aulas, de



alunos bolsonaristas que ficam observando caladamente as ativistas, o que gera estado de medo constante. As jovens têm sido vigiadas por colegas, expostas e temem ser atacadas na volta para a casa após a aula noturna, por exemplo. Já no caso argentino, Sofia também não elabora muito a temática de uma infiltração militar ou policial. Ela, por sua vez, levanta a questão das 7.000 câmeras instaladas por toda a Buenos Aires: “então, também sabemos que, quando fazemos uma manifestação em qualquer lugar, eles estão olhando através das câmeras. Na verdade, eles nos disseram que acompanham as coisas através das câmeras. Eles sabem de todas nós e de nossas ações. Obviamente, eles têm os registros e sabem quem somos”.

Tudo isso nos mostra que existe uma geração de ativistas que possui particularidades próprias na questão da segurança. Essas particularidades são diferentes das da geração que atuou na ditadura militar dos três países, em que o pânico do infiltrado marcava todas as relações interpessoais: “Hoje, minha preocupação maior é com os bolsonaristas” – conclui Amanda. E Marcela concorda: “há um medo muito maior com os bolsonaristas comuns do que com os militares da região... são uma violência e vigilância cotidiana e microscópica”.

APOIO NO CAMPO PROGRESSISTA



Nas entrevistas, a relação entre a luta das mulheres com os setores mais amplos progressistas e de esquerda parece ter

influência direta e indireta no tema da segurança das mulheres. Os protestos protagonizados por mulheres encontram diferentes níveis de apoio em diferentes países e isso varia de acordo com as próprias pautas em questão.

O caso argentino é emblemático nesse sentido. Sofía acredita que, dentro de toda a diversidade da esquerda do país, a luta por direitos das mulheres é amplamente reconhecida como central na construção de pautas de esquerda. A descriminalização do aborto é uma pauta que, construída ao longo de décadas, uniu as esquerdas radicais, peronistas, sindicais, *barriais/villeras* e autônomas transversalmente. Isso não significa ignorar que o machismo atua de forma estrutural e que, portanto, a pauta dos direitos das mulheres acaba esbarrando em boicotes internos. Há também tentativa de localização e setorização das lutas das mulheres e feministas, o que dificulta o entendimento de que essas lutas precisam ser construídas de forma universal e transversal. Todavia, de modo geral, Sofía avalia que, apesar dos desafios do processo, há apoio suficiente às manifestações de mulheres.

María relata uma situação semelhante no Chile, na qual percebe amplo apoio político em eventos protagonizados por mulheres. Mas ela também reconhece que há grupos partidários que podem usar as causas feministas para benefício próprio e que, no fim das contas, o tema do cuidado acaba sendo sempre uma pauta de mulheres: são as mulheres que cuidam umas das outras.

No Brasil, o cenário descrito pelas entrevistadas é um pouco mais nebuloso. Helena Vieira, intelectual e ativista transfeminista, entende que a pauta das mulheres – e também do movimento negro e LGB-TQIAPN+ – ainda encontra muita resistência em uma esquerda mais tradicional e/ou partidária, que classifica essas lutas como identitárias e segregadoras. Além disso, ela acredita que setores do feminismo radical são igualmente parte do vetor de agressão às mulheres transsexuais. Tudo isso, avalia ela, prejudica a elaboração de práticas de cuidado mais inclusivas. O tema da segurança de mulheres trans – que são as que mais morrem no mundo – acaba sendo elaborado entre o próprio movimento LGBTQIAPN+, que precisa lidar com as questões que incluem desde

a ridicularização e o *bullying* coletivos até questões práticas, como a viabilização do uso do banheiro.

Ao contrário de María e Sofia – as quais, quando questionadas sobre apoio da esquerda como um todo, responderam prontamente que os direitos das mulheres eram uma questão transversalmente reconhecida e prioritária –, Amanda e Marcela ficaram reticentes com essa questão. Amanda classifica a resistência das esquerdas ao protagonismo das lutas feministas como parte do que ela chama de “velha política”, que “é em um lugar de conforto da branquitude, da masculinidade, cisgeneridade, da heterossexualidade”. Para ela, que é militante autonomista e já foi secundarista nas escolas ocupadas em 2016, as ocupações são parte de novas formas de protestos que se vinculam a princípios mais horizontais e que conectam as lutas de classe, raça, gênero e sexualidade. São lutas radicais que demandam a reinvenção do uso performativo do corpo no espaço público – algo que a “velha esquerda”, que ainda estaria presa ao modelo vertical de “caminhão de som” em manifestação, teria dificuldade de aceitar porque exige romper com padrões de normatividade.

Essa resistência às práticas e aos grupos novos que eclodem no século 21 no Brasil acaba impactando na questão da segurança das mulheres. Isso ocorre porque uma esquerda que não reconhece a pauta das mulheres como central e universal pode contribuir para a legitimação de processos de isolamento, invisibilização e até culpabilização das mulheres pela eleição de Jair Bolsonaro – como foi o caso do #EleNão. Logo após as grandes manifestações de setembro de 2018, diversos setores da esquerda acabaram por atribuir o crescimento do então candidato autoritário às manifestações do #EleNão. Ainda que muitos outros fatores tenham sido decisivos para tal disparada, como o apoio de lideranças evangélicas (Pinheiro-Machado, 2019), o discurso preponderante na própria esquerda era de que o #EleNão – a maior marcha de mulheres da história do País – havia sido responsável pelo avanço do próprio autoritarismo que combatia.

As consequências desse tipo de narrativa, que versa sobre certo ressentimento masculino, são profundas e perturbadoras para o tema

do cuidado das mulheres em manifestações. A culpabilização é em si um processo de violência política. Somado a isso, Marcela conta como as jovens que tinham ido às ruas com potência e explosão no #EleNão se sentiram murchas, reprimidas, podadas, culpadas e até depressivas após a culpabilização. A professora avalia também que esse processo de castração da energia vital das mulheres nas ruas impacta diretamente na discussão do cuidado, pois, hoje, as marchas de mulheres poderiam estar fazendo frente à oposição das ruas ao governo Bolsonaro. Ela se questiona “por que as mulheres não seguiram nas ruas?” Em seu entendimento, se as mulheres tivessem continuado nas ruas, em muitos e renovados #EleNão, era possível ter desenvolvido a experiência de manifestação entre essas mulheres que protestavam contra o autoritarismo. Como no caso chileno e argentino, o Brasil poderia ter mantido as multidões de mulheres em lutas no espaço público, o que – segundo a professora – teria sido fundamental para que as jovens ativistas aprendessem mais sobre cuidado feminista em protestos.



CONCLUSÃO

Ainda que protestos de mulheres não sejam um fenômeno novo, é possível afirmar que os anos 2010 se caracterizaram por uma explosão de marchas feministas e de mulheres na América Latina. Este artigo procurou identificar os múltiplos riscos que se impõem em protestos protagonizados por mulheres, focando na experiência e nos relatos de pessoas que atuam na Argentina, no Brasil e no Chile. Junto a essa exploração dos desafios, buscou-se também identificar como as mulheres transformam a pauta da segurança em uma questão de cuidado, na qual manifestantes aprendem e desenvolvem, nas práticas transgeracional, interseccional e transversal, formas de proteger umas às outras da violência patriarcal.

Ressaltamos o caráter preliminar desta pesquisa que não objetivou encontrar resultados definitivos, mas buscou levantar questões que pudessem, de um lado, ampliar o debate acerca do cuidado e, de outro, inspirar medidas práticas que possam ser adotadas pelos movimentos sociais e sociedade civil. Nas linhas que seguem, sintetizamos três eixos que atravessaram essa investigação, os quais consideramos fundamentais para continuar o avanço do debate político sobre o cuidado de mulheres em manifestações.

1) A SEGURANÇA DAS MULHERES PRECISA SER PENSADA DE FORMA HOLÍSTICA

Quando se fala de cuidado em manifestações, é preciso evitar cair em uma visão que delimita os protestos de mulheres no tempo e no espaço. O cuidado não pode ser uma política que se pensa de porta a porta, ou seja, do momento em que a manifestante sai de casa até o momento em que ela volta para a casa e avisa a amiga que chegou. Antes dos protestos, isso significa discutir estratégias políticas transver-



sais que encorajem as mulheres a ocupar as ruas. Após os protestos, a violência política não se encerra na dispersão dos atos: ela se estende por perseguições, intimidações e ameaças que se dão no espaço da própria família, comunitário, no transporte público e nas universidades. Além disso, é claro, há o risco de suas imagens circularem de forma depreciativa e violenta em espaços virtuais, que se caracterizam por uma escalada de ataques a ativistas feministas.



2) A SEGURANÇA DAS MULHERES PRECISA SER PENSADA DE FORMA INTERSECCIONAL

A violência sexista se manifesta de forma concomitantemente estrutural/universal e segmentada. Mulheres singulares possuem demandas singulares e, por isso, a transversalidade das lutas é fundamental para que se possa tratar do tema de forma interseccional, em que diferentes grupos de ativistas possam pensar em suas próprias necessidades em um contexto em que a luta das mulheres consiga observar e incorporar essas particularidades.

Ouvindo as entrevistadas, fica evidente que uma jovem branca do interior de Santa Maria se coloca na rua de forma diferente da de uma jovem negra na cidade de São Paulo. Umas podem estar mais vulneráveis

à agressão do vizinho bolsonarista, outras podem temer mais o abuso policial. Ativistas experientes com maior visibilidade não precisariam de anonimato ou mesmo de cursos de proteção na internet, ao passo que muitas outras mulheres podem precisar de ambos. Ativistas experientes ou novatas precisam igualmente ter acesso a assessoria jurídica que lhes esclareçam sobre seus direitos e que promovam a defesa em caso de abuso. Mulheres imigrantes em Santiago podem não saber como acessar esses serviços e desconhecer seus direitos mais fundamentais.

A importância do monitoramento feito por pares do percurso das manifestantes é consensual em todos os cenários explorados nesta pesquisa, mas é preciso lembrar que mulheres pobres podem não ter acesso a um plano de dados de internet suficiente para tanto em seus celulares.

Mulheres trans precisam pensar em como podem usar o banheiro sem serem agredidas. Mulheres cadeirantes precisam discutir estratégias de dispersão que são completamente diferentes das que estão disponíveis às pessoas sem deficiência, para as quais, por exemplo, correr usando tênis confortável pode ser uma tática útil. Como se protegem mulheres que não podem correr ou enxergar?

No caso mais extremo de todos, Marielle Franco é um símbolo para muitas mulheres que sabem que seus corpos negros, indígenas, trans e camponeses estão sujeitos à execução sumária por parte de grileiros, policiais, milicianos e fascistas.

3) A VIOLÊNCIA SEXISTA É ESTRUTURAL: AS LUTAS TAMBÉM

O cuidado feminista é uma medida que se poderia dizer “paliativa” – no sentido restrito que tenta resolver riscos pontuais para os quais a solução é estrutural –, mas também transformadora devido ao caráter prefigurativo do tipo de relação de proteção que se constrói entre mulheres que rompem com a lógica hegemônica patriarcal.

Manuais, workshops e utensílios de proteção não solucionam a violência sexista, mas produzem acolhimento e sentido para mulheres que se constroem na luta. Aqui, é importante ressaltar que a mais eficiente medida protetiva para mulheres que protagonizam protestos são os próprios protestos, pois é neles que, em última instância, se luta para acabar com a lógica autoritária, sexista, racista e heteronormativa do patriarcado.



REFERÊNCIAS



ALEGRIA, Paula. “Vai ter viado se beijando, sim!”: gênero, sexualidade e juventude entre alunos do movimento estudantil secundarista de uma escola pública federal do Rio de Janeiro. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 1, 2018.

ALISON, Miranda. Women as agents of political violence: Gendering security. *Security Dialogue*, v. 35, n. 4, 447-463, 2004.

AUYERO, Javier. *Contentious lives: Two Argentine women, two protests, and the quest for recognition*. Durham: Duke University Press, 2003.

BARBOSA, Fernanda Stroher. *Ocupo, logo existo: Ocupações secundaristas e o tecer de outra educação possível*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

CAMPOS, Antonia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. *Escola de Lutas*. São Paulo: Editora Veneta, 2016.

JOHANSSON-NOGUÉS, Elisabeth. Gendering the Arab Spring? Rights and (in) security of Tunisian, Egyptian and Libyan women. *Security Dialogue*, v. 44.5, n. 6, 393-409, 2013.

PALMEIRO, Cecilia. The Latin American Green Tide: Desire and Feminist Transversality. *Journal of Latin American Cultural Studies*, 2018.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta, 2019.

TRONTO, Joan. *Un monde vulnérable: Pour une politique du care*. Paris: La Découverte, 2009 [1993].



CUIDADO E SEGURANÇA DE MULHERES
EM PROTESTOS NA AMÉRICA LATINA

-  www.artigo19.org
-  [@artigo19](https://twitter.com/artigo19)
-  [@artigo19](https://www.instagram.com/artigo19)
-  [@artigo19brasil](https://www.facebook.com/artigo19brasil)
-  comunicacao@artigo19.org



ARTIGO 19

#LIVREPARAPROTESTAR



**DEFENDENDO A LIBERDADE
DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO**

